

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Lei da Pesquisa Clínica é regulamentada para atrair investimentos em inovação

Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil. A legislação traz mais segurança jurídica, atrai investimentos em inovação e impulsiona um setor estratégico para o desenvolvimento científico e industrial do país, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes, garantindo que os avanços ocorram de forma ética e responsável.

O Brasil está entre os 20 países no ranking global de estudos clínicos, mas participa de menos de 2% da pesquisa clínica mundial. O país tem potencial de estar entre as dez nações mais relevantes do mundo nessa área. A expectativa é que a nova legislação impulse esse crescimento.

Em 2024, o Brasil registrou 254 estudos clínicos. A expectativa é dobrar esse número e reverter a tendência de queda a partir de 2022, quando os marcos regulatórios de outros países se tornaram mais competitivos. Com uma população de aproximadamente 214 milhões de pessoas e ampla diversidade genética e cultural, o país reúne condições únicas para atrair investimentos de instituições mundiais e gerar impactos positivos para o fortalecimento do SUS.

O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis. Já as pesquisas estratégicas para o SUS e as situações emergenciais serão avaliadas em até 15 dias úteis.

A nova lei determina que, em casos de doenças graves e sem alternativas de tratamento, os pacientes que apresentarem benefícios comprovados tenham garantida a continuidade do tratamento por até cinco anos após o término da pesquisa, mediante plano prévio aprovado pelo CEP. A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave.

A proteção aos participantes também foi reforçada, com a definição do consentimento livre e de esclarecimentos mais detalhados. Regras específicas para pesquisas com grupos vulneráveis foram definidas para assegurar tratamento ético diferenciado e mais segurança.

Internet: <gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 O trecho “A legislação traz mais segurança jurídica” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Mais segurança jurídica é trazida pela legislação**.
- 2 No fragmento “os pacientes que apresentarem benefícios comprovados”, a forma verbal “apresentarem”, que está no futuro do subjuntivo, foi empregada para indicar hipótese ou condição relativa a eventos futuros.
- 3 No trecho “Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil”, a palavra “marco” pode ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, por **fronteira**, mantendo-se a coerência e a correção gramatical.
- 4 No fragmento “O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs)”, as vírgulas são dispensáveis, pois a oração contida entre elas restringe o sentido do substantivo “modelo”, indicando qual dos modelos existentes está sendo mencionado.
- 5 O trecho “A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave” apresenta linguagem técnico-jurídica compatível com o gênero normativo, evidenciada pelo uso de substantivos abstratos que descrevem hipóteses normativas de forma impessoal e enumerativa, o que consiste em um recurso típico da redação legislativa.
- 6 Em “A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis”, a forma verbal “será” está no futuro do presente e poderia ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, pelo presente do indicativo “é”, uma vez que a lei já foi regulamentada e os seus prazos já estão em vigor.
- 7 O texto pertence ao tipo textual narrativo, uma vez que relata um evento ocorrido em 2025, apresentando personagens institucionais, sequência temporal e desfecho relacionado à regulamentação da lei.

- 8 Em “ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes”, a expressão “ao mesmo tempo em que” estabelece uma relação de simultaneidade entre as ações descritas, indicando que o fortalecimento da segurança dos participantes ocorre concomitantemente aos demais efeitos atribuídos à legislação.

Texto para os itens de 9 a 16.

Dados genéticos e proteção da privacidade: biobancos e a aplicação da LGPD

A informação genética ocupa um lugar peculiar no sistema jurídico por seu caráter híbrido. É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional, com implicações para familiares, grupos étnicos e até populações inteiras.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) classificou os dados genéticos como sensíveis, sujeitando-os a um regime mais rigoroso de tratamento. Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes diante da complexidade das novas práticas envolvendo bancos de dados genômicos, especialmente os biobancos. Esses repositórios, públicos ou privados, armazenam material biológico humano e informações genéticas com fins de pesquisa, diagnóstico ou desenvolvimento tecnológico, e vêm sendo utilizados cada vez mais por empresas farmacêuticas, instituições acadêmicas e corporações internacionais.

A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas. No entanto, a prática da pesquisa científica, especialmente em genética, frequentemente demanda o uso futuro e não previsto dos dados. Isso gera impasses jurídicos quanto à validade do consentimento amplo.

Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória. Devido à singularidade do genoma, à possibilidade de cruzamento com bancos públicos e ao avanço de ferramentas de reidentificação, a suposta anonimização pode ser revertida, colocando em risco a confidencialidade e a segurança do titular.

O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade. O crescimento de empresas que oferecem testes genéticos diretos ao consumidor ilustra uma nova forma de economia de dados, em que a genômica se converte em produto de mercado.

Portanto, mais do que adequar a prática científica aos limites da LGPD, é necessário repensar os próprios fundamentos da regulação da genética humana. O direito à privacidade, a proteção contra a discriminação genética e a defesa do bem comum devem ser os pilares de uma nova abordagem jurídica – mais protetiva, preventiva e participativa. Sem isso, o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração.

Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

Acerca do texto e dos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração”, o vocábulo “vetor” está empregado em sentido conotativo.
- 10 Na construção “Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes”, o adjetivo “insuficientes” pode ser substituído, sem alteração do sentido original do texto, pelo seu antônimo **suficientes**, desde que o conectivo “Entretanto” seja suprimido, mantendo-se a coerência do parágrafo.
- 11 No período “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a forma verbal “seja” poderia ser substituída pelo presente do indicativo “é”, sem prejuízo da correção gramatical do texto, uma vez que a exigência legal descrita tem caráter permanente e já está em vigor.
- 12 No trecho “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a oração introduzida pela conjunção “que” exerce a função de objeto direto do verbo “exigir”.
- 13 O texto apresenta linguagem predominantemente subjetiva, característica do gênero expositivo de opinião, o que se evidencia pelo uso de adjetivos valorativos como “ilusória” e pela conclusão que defende uma nova abordagem jurídica.
- 14 No trecho “É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional”, a vírgula antes de “e um dado relacional” é dispensável, pois a conjunção “e” já é suficiente para separar os dois elementos coordenados.
- 15 Em “Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória”, o conectivo “ademais” poderia ser substituído por **portanto**, sem prejuízo para o sentido original do texto.
- 16 O período “O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Deve-se também enfrentar com seriedade o risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado.**

Em uma competição de salto com vara, 10 atletas obtiveram, em metros, as marcas 4,60, 4,70, 4,75, 4,80, 4,80, 4,85, 4,90 e 5,00, além das marcas de Gabriel e de Mayko. Sabe-se que a média dos 8 saltos já informados foi igual a 4,80 m, que a média dos 10 saltos foi igual a 4,84 m e que Gabriel saltou 20 cm a mais do que Mayko.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 O salto de Gabriel foi de 5,10 m.
- 18 A mediana dos 10 saltos foi igual a 4,80 m.
- 19 O conjunto dos 10 saltos apresenta uma única moda.

Poliana está organizando uma dinâmica de grupo com 10 participantes.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** O número de maneiras de escolher, entre os 10 participantes, um líder e um vice-líder para a dinâmica é igual a 90.
- 21** O número de maneiras distintas de dispor os 10 participantes em uma roda é igual a 10!.
- 22** O número de maneiras de dividir os 10 participantes em 3 grupos, sendo 2 grupos com 3 pessoas e um grupo com 4 pessoas, é igual a 4.200.

Admitindo-se que as proposições “Todo jardineiro é fiel”, “Davi é fiel” e “Leonardo é jardineiro” sejam verdadeiras, julgue os itens a seguir.

- 23** A proposição “Se Davi não é jardineiro, então Leonardo é fiel” é verdadeira.
- 24** É possível que a proposição “Davi é jardineiro ou Leonardo é fiel” seja falsa.
- 25** A negação da proposição “Todo jardineiro é fiel” é “Nenhum jardineiro é fiel”.

Em um *show* de rock, 123 pessoas foram entrevistadas. Cada uma delas respondeu “sim” ou “não” à pergunta a respeito de saber tocar baixo, bateria e guitarra. Verificou-se que 47 pessoas sabiam tocar baixo, 29 sabiam tocar bateria e 76 sabiam tocar guitarra. Além disso, 11 declararam saber tocar baixo e bateria, 18 declararam saber tocar baixo e guitarra, 7 declararam saber tocar bateria e guitarra, e 3 afirmaram saber tocar os 3 instrumentos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26** Exatamente 21 entrevistados declararam saber tocar somente baixo.
- 27** Exatamente 89 entrevistados declararam saber tocar somente um desses 3 instrumentos.
- 28** Apenas 4 entrevistados declararam não saber tocar nenhum desses 3 instrumentos.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca de conceitos fundamentais de informática, de sistemas operacionais, de redes de computadores e de navegadores, julgue os itens a seguir.

- 29** A distinção entre *hardware* e *software* implica reconhecer que dispositivos físicos como teclado e monitor pertencem à categoria de *hardware*, enquanto os programas que permitem utilizar esses dispositivos são classificados como *software*.

- 30** Durante o acesso a um *site* institucional, o navegador pode estabelecer conexões com servidores para solicitar recursos por meio do protocolo HTTP, sendo possível que intermediários de rede armazenem cópias desses recursos para acelerar acessos futuros.
- 31** Em redes corporativas, o acesso à Internet ocorre como consequência natural da existência de uma intranet, pois ambas representam a mesma rede de comunicação utilizada pela organização.
- 32** Durante o acesso aos sistemas institucionais por meio de navegadores, o processamento das funcionalidades da aplicação ocorre no computador do usuário, enquanto o servidor atua apenas como um repositório de páginas.

Quanto às ferramentas de comunicação digital, aos aplicativos de escritório, à segurança da informação e às tecnologias digitais, julgue os itens seguintes.

- 33** No uso de correio eletrônico, o envio de uma mensagem depende da presença simultânea do remetente e do destinatário conectados à Internet, para que a comunicação possa ocorrer.
- 34** No contexto da segurança da informação, a atuação do *firewall* consiste em analisar o conteúdo de arquivos armazenados no computador, com o objetivo de identificar códigos maliciosos presentes nesses arquivos.
- 35** As ferramentas de busca na Internet organizam informações disponíveis na *web* por meio de processos de coleta e de indexação de páginas, permitindo recuperar conteúdos relacionados aos termos pesquisados.
- 36** Em aplicativos de apresentação eletrônica, a utilização de elementos visuais, como gráficos e imagens, pode contribuir para tornar a exposição de informações mais clara e compreensível.

Em relação ao uso de aplicativos de escritório, às ferramentas de comunicação digital, à navegação na Internet, à segurança da informação e à organização de dados em ambientes computacionais, julgue os itens a seguir.

- 37** Nos editores de texto utilizados em ambientes corporativos, os recursos de formatação permitem alterar a aparência do conteúdo de um documento, sem modificar, necessariamente, as informações escritas no texto.
- 38** Durante a navegação em um *site* da Internet, o navegador passa a integrar a infraestrutura de rede responsável por hospedar as páginas acessadas.
- 39** Em planilhas eletrônicas, os dados podem ser organizados em células dispostas em linhas e colunas, permitindo a manipulação e a análise das informações registradas.
- 40** No contexto da segurança da informação, as políticas de proteção de dados podem incluir procedimentos voltados à prevenção de acesso não autorizado e à preservação da integridade das informações.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A ética na função pública e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública estruturam o regime jurídico-administrativo, influenciando a validade, a legitimidade e a conformidade da atuação estatal. À luz dessas premissas, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética na função pública impõe ao agente público atuação orientada pelo interesse público primário, vedando a prevalência de interesses particulares no exercício da função administrativa.
- 42** O princípio da moralidade administrativa possui natureza meramente ética, não se qualificando, portanto, como parâmetro jurídico autônomo para o controle de validade dos atos administrativos.
- 43** A conformidade da atuação administrativa com o princípio da legalidade não afasta a exigência de observância concomitante dos princípios da moralidade e da impessoalidade.
- 44** À luz do art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, a atuação administrativa pressupõe a observância integrada da legalidade, da moralidade e da finalidade pública no exercício da função estatal.

A Lei nº 8.429/1992 disciplina os atos de improbidade administrativa, os seus elementos constitutivos, as espécies e as sanções aplicáveis, conforme a redação vigente. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, conforme esse diploma legal.

- 45** A aplicação da sanção de perda da função pública por ato de improbidade administrativa exige previsão expressa na sentença condenatória, não decorrendo automaticamente da simples prática do ato ímprobo.
- 46** Após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, admite-se a responsabilização por ato de improbidade administrativa fundada exclusivamente em culpa, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.
- 47** O agente público responderá por ato de improbidade administrativa, ainda que um terceiro também tenha concorrido para a prática do ilícito ou dele se beneficiado.
- 48** A condenação por ato de improbidade administrativa pode fundamentar-se em tipo aberto ou em princípios genéricos da Administração Pública, ainda que a conduta não esteja expressamente tipificada nos artigos. 9º, 10 ou 11 da Lei nº 8.429/1992.

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas a respeito do processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, disciplinando os princípios, os direitos dos administrados, os deveres da Administração e os critérios de formação, motivação e controle das decisões administrativas.

- 49** No processo administrativo federal, é assegurado ao administrado o direito de apresentar alegações e documentos antes da decisão final, como expressão do contraditório e da ampla defesa.
- 50** A Administração pode decidir processos administrativos sem motivação quando a decisão se fundar em discricionariedade administrativa.
- 51** A Lei nº 9.784/1999 impõe à Administração Pública o dever de decidir explicitamente as solicitações ou as reclamações formuladas pelos administrados em prazo razoável.
- 52** No processo administrativo federal, a autoridade competente pode delegar parte de suas atribuições, sendo vedada a delegação para edição de atos normativos, de decisão de recursos administrativos e de matérias de competência exclusiva.
- 53** A avocação de competência pode ser exercida em caráter permanente sempre que a autoridade superior a considerar conveniente.
- 54** A Administração Pública pode rever os seus próprios atos quando estes estiverem eivados de vício de legalidade, independentemente de provocação do interessado.

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o acesso a informações no âmbito da Administração Pública, estabelecendo regras sobre transparência, classificação, restrição e responsabilização decorrente da negativa indevida de acesso.

- 55** A Lei nº 12.527/2011 consagra o acesso à informação como regra e o sigilo como exceção no âmbito da Administração Pública.
- 56** O pedido de acesso à informação dirigido à Administração Pública deve ser acompanhado de justificativa quanto à finalidade pretendida pelo requerente.
- 57** Informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem têm acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos, contado da data de sua produção.
- 58** A informação classificada como secreta possui prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.
- 59** A classificação de informação como ultrassecreta sujeita-se ao prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.

A Lei nº 13.709/2018 estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no âmbito público e privado, disciplinando princípios, bases legais, direitos dos titulares e responsabilidades dos agentes de tratamento. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir, a partir desse diploma legal.

- 60** A Lei nº 13.709/2018 aplica-se exclusivamente às operações de tratamento de dados pessoais realizadas por empresas privadas.
- 61** Nos termos da Lei nº 13.709/2018, considera-se dado pessoal sensível aquele que revele origem racial ou étnica, convicção religiosa ou dado biométrico vinculado à pessoa natural.
- 62** O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público depende, necessariamente, do consentimento prévio e expresso do titular, ainda que realizado para execução de políticas públicas previstas em Lei.
- 63** Compete à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 e aplicar as sanções administrativas em caso de infração à legislação de proteção de dados pessoais.
- 64** O titular dos dados pessoais tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os seus interesses, sendo inclusas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo ou de crédito.
- 65** O consentimento para o tratamento de dados pessoais pode ser concedido de forma genérica, desde que o controlador, posteriormente, especifique as finalidades do tratamento.
- 66** A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.709/2018 compete à ANPD, devendo-se ser observadas as garantias do devido processo administrativo.
- 67** No exercício de suas competências regulatórias e fiscalizatórias, a ANPD deve observar o princípio da mínima intervenção na atividade econômica.
- 68** As normas de caráter geral editadas pela ANPD independem de consulta pública, podendo ser expedidas diretamente para assegurar uma maior celeridade regulatória.
- 69** A Lei nº 13.709/2018 admite a coordenação e a atuação cooperativa entre a ANPD e os órgãos ou as entidades reguladoras setoriais.
- 70** A Lei nº 13.709/2018 exclui a aplicação de outros direitos e de outras garantias previstos no ordenamento jurídico que sejam relacionados à proteção da privacidade e da personalidade.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conforme a evolução histórica das teorias administrativas e os fundamentos do planejamento organizacional em entidades públicas, julgue os itens a seguir.

- 71** A administração científica de Taylor e a teoria clássica de Fayol compartilham a visão mecanicista do trabalhador, tratando-o, essencialmente, como um elemento da estrutura produtiva, com pouca atenção às relações humanas.
- 72** No planejamento estratégico de uma organização pública, a definição da visão e da missão pode ser dispensada quando já existe um plano plurianual aprovado.
- 73** A análise SWOT, quando aplicada isoladamente, é suficiente para o diagnóstico estratégico de um órgão público, pois já contempla o ambiente interno e o externo.
- 74** O planejamento tático deve traduzir as diretrizes estratégicas em ações de médio prazo, enquanto o operacional detalha as rotinas diárias de cada setor.
- 75** A departamentalização por processo favorece a integração entre áreas, reduzindo os silos funcionais em organizações públicas.

À luz dos processos de liderança, motivação e tomada de decisão nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 76** A liderança transformacional é incompatível com a administração pública porque exige carisma pessoal, o que contraria o princípio da impessoalidade.
- 77** No processo decisório organizacional, a análise de alternativas pode ser dispensada quando o gestor já possui experiência prévia em situação idêntica.
- 78** Os sistemas de informação gerencial devem fornecer informações agregadas e tempestivas, para o subsídio das decisões em todos os níveis hierárquicos.
- 79** A departamentalização funcional, embora favoreça a especialização, pode gerar dificuldades de coordenação entre áreas.

Com base nos princípios e nas técnicas da abordagem por processos e da gestão de processos de negócio aplicados à Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 80** A gestão por processos, embora teoricamente reconheça que o cliente/cidadão é o ponto de partida e de chegada do fluxo, frequentemente enfrenta limitações na prática pública devido à dificuldade de traduzir o valor percebido pelo cidadão em indicadores mensuráveis e ao conflito entre demanda cidadã e restrições orçamentárias, exigindo que o gestor público equilibre efetividade com viabilidade institucional.
- 81** No mapeamento de processos, a participação dos executores das atividades é dispensável, bastando, para essa situação, a visão técnica de consultores externos.

- 82** A modelagem de processos deve incluir a definição de indicadores de desempenho, pois a modelagem e a medição são instrumentos complementares.
- 83** A automação de processos pode ser implementada diretamente sobre os processos atuais, sem necessidade de análise e de redesenho prévio.
- 84** O ciclo PDCA, quando aplicado isoladamente sem integração com outras metodologias como Six Sigma (DMAIC) ou Lean (eliminação de desperdícios), pode otimizar processos fragmentariamente sem atacar ineficiências estruturais ou gargalos sistêmicos na cadeia de valor, limitando, assim, o seu potencial transformador em entidades públicas complexas.

Quanto à gestão de projetos em órgãos da administração indireta, considerando os seus conceitos fundamentais, o ciclo de vida e as principais áreas de conhecimento, julgue os itens seguintes.

- 85** Os projetos caracterizam-se por serem temporários e por gerarem entregas únicas, as quais são distintas das operações rotineiras.
- 86** O ciclo de vida de um projeto de implantação de sistema é sempre linear, independentemente da metodologia adotada.
- 87** O gerenciamento de riscos no projeto deve contemplar tanto ameaças quanto oportunidades que possam afetar os objetivos.
- 88** O gerenciamento da qualidade no projeto limita-se ao controle final das entregas, dispensando, com isso, o planejamento e a garantia da qualidade.
- 89** A matriz de responsabilidade (RACI) é uma ferramenta útil apenas na fase de execução. Logo, ela não será necessária na elaboração do termo de abertura.

Acerca dos processos e das práticas contemporâneas de gestão de pessoas no setor público, julgue os itens a seguir.

- 90** O planejamento de recursos humanos deve considerar apenas a reposição de vagas, sem a necessidade de haver uma análise de competências futuras.
- 91** A gestão por competências permite alinhar o desenvolvimento individual aos objetivos estratégicos da organização.
- 92** A avaliação de desempenho 360° é incompatível com a Administração Pública, porque viola o princípio da impessoalidade.
- 93** O clima organizacional é influenciado exclusivamente pela liderança direta, não sendo afetado por políticas institucionais de qualidade de vida.
- 94** A gestão de conflitos deve priorizar a negociação integrativa sempre que possível, pois isso preserva o relacionamento entre as partes.

Com base nos conceitos, nas ferramentas e nos modelos de gestão da qualidade na busca pela excelência em serviços públicos, julgue os itens seguintes.

- 95** O ciclo PDCA é o único instrumento necessário para a melhoria contínua da qualidade dos serviços.

- 96** A gestão da qualidade em serviços deve considerar a percepção do usuário como principal indicador de excelência.
- 97** Os modelos de excelência em gestão (como o PNQ) são aplicáveis apenas às organizações privadas, não sendo adequados ao setor público.

Em consonância com os fundamentos da administração financeira e orçamentária aplicados às entidades da administração indireta, julgue os itens a seguir.

- 98** O ponto de equilíbrio representa o nível de atividade em que as receitas totais igualam os custos totais, indicando o momento a partir do qual se gera superávit.
- 99** A análise de investimentos no setor público pode dispensar a avaliação de impacto social, bastando a análise de viabilidade econômica.
- 100** O fluxo de caixa projetado, para ser eficaz na gestão de liquidez de uma autarquia, deve segregar e projetar saídas tanto operacionais (despesas correntes, folha de pessoal) quanto de capital (investimentos em infraestrutura), permitindo que a administração antecipe períodos de insuficiência de caixa e decida entre ações corretivas (contingenciamento, captação de recursos) ou ajustes de cronogramas.

No que se refere à organização administrativa brasileira, aos princípios constitucionais da Administração Pública e às práticas de governança contemporâneas, julgue os itens a seguir.

- 101** A autarquia integra a administração indireta, possuindo personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, mas sujeita à supervisão ministerial.
- 102** Os princípios constitucionais da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) possuem aplicação graduada conforme a natureza da entidade, pois, enquanto na Administração Direta, a sua observância é absoluta e imediata, nas autarquias e nas fundações públicas, admite-se flexibilização proporcional ao grau de autonomia administrativa conferido por lei, preservando-se apenas o núcleo essencial da legalidade e da publicidade.
- 103** A governança pública limita-se aos controles exercidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A respeito da elaboração, da fiscalização e da extinção de contratos administrativos em órgãos públicos, julgue os itens seguintes.

- 104** Na elaboração de contratos administrativos, as cláusulas essenciais (objeto, prazo, preço, garantias) são exigidas pela Lei nº 14.133/2021.
- 105** A fiscalização contratual pode ser dispensada quando o contrato contém cláusulas detalhadas e penalidades elevadas.
- 106** A rescisão unilateral de contrato pela Administração independe de motivação, bastando o interesse público.

À luz dos princípios, das modalidades e dos procedimentos das licitações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021, no contexto da contratação de bens e serviços comuns, julgue os itens a seguir.

- 107** O pregão eletrônico é a modalidade preferencial para a contratação de serviços comuns, independentemente do valor.
- 108** A dispensa de licitação e a inexigibilidade são institutos idênticos, diferenciando-se apenas na terminologia.
- 109** O termo de referência para a contratação de serviços pode ser genérico quando o valor for inferior a R\$ 50.000.

Quanto aos fundamentos da gestão de riscos, aos programas de *compliance* e aos controles internos na Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 110** O processo de gestão de riscos segue as etapas de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação (ISO 31000).
- 111** Os programas de *compliance* limitam-se ao cumprimento de normas legais, sem abranger aspectos éticos e de cultura organizacional.
- 112** Os controles internos são dispensáveis, porque a entidade já está sujeita ao controle externo do TCU.

Segundo os conceitos, as ferramentas e as etapas do planejamento e da gestão estratégica em entidades públicas, julgue os itens seguintes.

- 113** O Balanced Scorecard pode ser utilizado para traduzir a estratégia em indicadores financeiros, de processos, de clientes e de aprendizado/crescimento.
- 114** O diagnóstico estratégico deve concentrar-se exclusivamente no ambiente externo (PESTEL), pois o ambiente interno já é conhecido pela diretoria.
- 115** A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) estabelece limites para a despesa com pessoal em autarquias, inclusive para os cargos em comissão e para as funções de confiança.

Conforme a necessidade de alinhar a gestão estratégica com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Nova Lei de Licitações, julgue os itens a seguir.

- 116** A Lei nº 4.320/1964 continua aplicável para as normas gerais de direito financeiro, inclusive para a classificação das receitas e despesas.
- 117** O Sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado para futuras contratações de serviços comuns durante o prazo de validade da ata.
- 118** A gestão por resultados prioriza exclusivamente os indicadores de impacto, podendo desconsiderar a conformidade legal em nome da efetividade.
- 119** A implementação da estratégia exige apenas a definição de indicadores, dispensando, portanto, a comunicação interna e o engajamento dos servidores.
- 120** O monitoramento e a avaliação da estratégia devem ocorrer apenas ao final do ciclo estratégico, pois a revisão anual é desnecessária.